

Economistas acham intervenção inevitável

LÉA CRISTINA

Alguma coisa vem por aí. Pode ser apenas uma marcação cerrada sobre mercados em que a concorrência inexistente. Mas há quem aposte em congelamento. Num "quem dá mais" sobre o que acontecerá com a economia brasileira em fevereiro, os economistas consideram diferentes possibilidades em que a tônica é uma só: como está é que não pode ficar.

Isto em função do agravamento das condições da economia em janeiro: 1) inflação dando saltos de até seis pontos, de acordo com os diferentes índices, que mostram reajustes de alimentos em torno dos 35%; 2) a malograda tentativa do Governo de vender 150 bilhões de BBCs (Bônus do Banco Central) na última terça-feira, o que ocorreu porque o mercado cobrava juros de até 44% para garantir ganhos reais.

Sem falar no próprio presidente Itamar Franco, que esteve jogando "lenha na fogueira" ao falar em plano de estabilização para depois do carnaval. E na ministra do Planejamento, Yeda Crusius, que antes de tomar posse, já frisava que mercado livre é utopia. O fato é que, por mais que o Governo negue a adoção de choques, o mercado duvida.

O deputado e ex-ministro Roberto Campos, por exemplo, acha que se a inflação se descontrolar um pouco mais, haverá congelamento:

— O Governo está namorando com a heterodoxia, sim. Se a situação continuar fugindo do controle, não fará um confisco, mas um congelamento, que é popular — afirma Campos, para quem a receita a ser usada contra a crise deveria incluir suspensão de gastos públicos, estímulo à importação, desregulamentação da economia e melhor utilização da lei de defesa da concorrência.

Para o também ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso, a política atual deve ser mantida, mas acompanhada de um controle maior sobre os preços de mercados em que não há concorrência. Reis Velloso acha que as próprias câmaras setoriais podem resolver o problema.

— Elas se prestam a tudo o que o Governo quiser fazer em termos de preços — ressalta.

Já o economista Gil Pace acha que será criada uma tabela de preços para a cesta básica, além da adoção de um esquema de maior controle — via Sunab e lei de defesa popular.

— Mas isso não dará certo e, em seguida, teremos um congelamento. O presidente é intervencionista.

José Cláudio Ferreira da Silva, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), acredita que o Governo tentará uma prefixação:

— Nem sempre o Governo faz um plano porque acha que deve fazer. As vezes, ele é levado a fazer. Mas acho que a situação não é irreversível. Congelamento não devemos ter. Aguma coisa mais branda, com prefixação, sim — diz José Cláudio.

Sérgio Werlang, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e José Márcio Camargo, presidente do Instituto dos Economistas do Estado do Rio (Ierj), prevêem que o Governo tentará algum tipo de controle de preços, mas não arriscam a fórmula. Congelamento? Provavelmente não, diz Werlang, para quem a ministra Yeda Crusius acredita no mercado, apesar de entender que há restrições.

O diretor do Banco Marka, Francisco de Assis Moura de Mello, diz que o Governo já entendeu que a causa da crise está no tamanho do Estado e na falta de eficiência da economia. E que intervir no mercado só tornaria a situação pior. Mas ele defende controle de margens de oligopólios. De preferência, através das câmaras setoriais.